

# CONJUNTURA



04  
2024

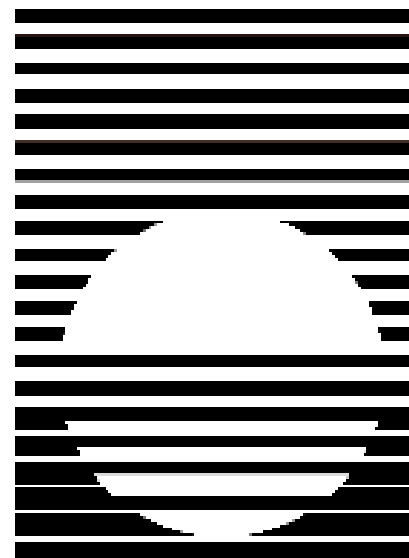
# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Guilherme Fritz

**Conselho Editorial:** Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

**Editoria de Redação:** Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**OPSA**

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Brasil estreita relações com África do Sul e Banco Africano de Desenvolvimento

Argentina aprofunda alinhamento com Washington e tem atritos com vizinhos

### **Página 05**

Milei sofre pressão nas ruas, mas conquista vitória importante na Câmara

Com intensa agenda internacional, Petro se reúne com Lula e Maduro

### **Página 06**

Crise diplomática entre Equador e México e invasão de embaixada geram suspensão de relações

Consulta Popular aprova endurecimento do direito penal e militariza segurança pública no Equador

### **Página 07**

Congresso peruano aprova acordo com os EUA sobre interceptação de aviões envolvidos com narcotráfico

Declaração de chanceler venezuelano escala tensões entre Chile e Venezuela

### **Página 08**

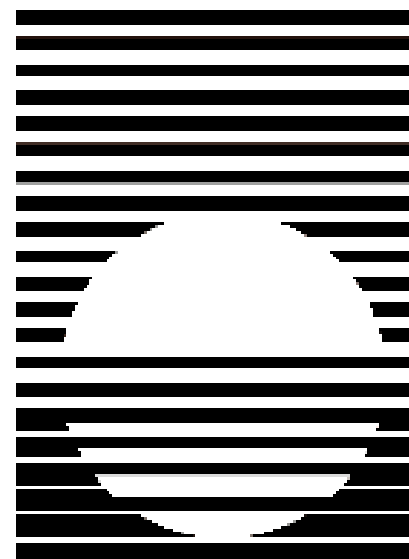
Oposição na Venezuela define candidato para as eleições presidenciais

Guiana tem novas tensões com Venezuela sobre Essequibo em meio à expansão do setor petrolífero

### **Página 09**

Presidente do Suriname encontra-se com Xi Jinping em Pequim

Crise entre Equador e México mobiliza a CELAC



## Brasil estreita relações com África do Sul e Banco Africano de Desenvolvimento

Em 23 de abril, foi realizada, em Brasília, a 7ª edição da Comissão Mista Brasil-África do Sul, presidida pelos chanceleres Mauro Vieira e Grace Naledi Pandor. O mecanismo de coordenação política foi criado em 2002 e não realizava reuniões desde 2019. O evento reativou a parceria estratégica bilateral firmada em 2010, ao reunir grupos de trabalho ministeriais sobre dez temas: 1) defesa, 2) economia, comércio e turismo, 3) energia e mineração, 4) segurança alimentar e desenvolvimento rural, 5) meio ambiente, 6) saúde, 7) ciência, tecnologia e comunicações, 8) cooperação técnica e desenvolvimento, 9) justiça e serviços correcionais, 10) arte, cultura, educação superior e cooperação entre academias diplomáticas. Cabe destacar que, no tema da economia, o vice-presidente brasileiro e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que pretende fortalecer o projeto de neointustrialização do governo Lula 3 por meio do aproveitamento do potencial que a Área de Livre Comércio Continental Africana oferece em termos de mercado consumidor ao Brasil (em 2030, o bloco deve somar 1,7 bilhão de pessoas e US\$ 6,7 trilhões em consumo). Ainda no dia 23, a chanceler sul-africana foi recebida pelo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem agradeceu pelas “posições fortes” em defesa do direito internacional, dos direitos humanos e do Sul. Também no mesmo dia, Lula reuniu-se com o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina. A conversa tratou de possibilidades de cooperação em áreas como a universalização de sistemas de saúde na África a partir da experiência do SUS e a transformação do cerrado em zonas produtivas pela Embrapa. Adesina agradeceu a Lula pelo apoio do Brasil à entrada da União Africana no G20 e por sua liderança mundial em favor do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza.

**Fontes:** [MRE](#), 22/04/2024; [Agência Gov](#), 23/04/2024; [Folha de S. Paulo](#), 23/04/2024; [Agência Gov](#), 23/04/2024.

## Argentina aprofunda alinhamento com Washington e tem atritos com vizinhos

No dia 4 de abril, o presidente da Argentina, Javier Milei, anunciou que planeja estabelecer uma base naval conjunta com os Estados Unidos na província patagônica de Ushuaia. O anúncio ocorreu durante

a visita da líder do Comando Sul dos EUA, Laura Richardson, à região. Segundo Milei, a ideia é construir um centro logístico em um local próximo da Antártida, o que propiciaria uma série de benefícios como o fortalecimento da economia local, o apoio aos cruzeiros comerciais que operam no Atlântico Sul e o incentivo aos estudos científicos. Durante a visita, foi realizada também uma cerimônia na qual foi doada à Força Aérea argentina uma aeronave de transporte militar, a C-130H, que custa aproximadamente US\$34 milhões. No seu perfil na rede social X, o Comando Sul publicou um post no qual enfatiza que Washington “busca fortalecer a cooperação da defesa regional” com Buenos Aires. No dia 16 de abril, Milei e o seu ministro da Defesa, Luis Pietri, anunciaram a compra de 24 aviões de caça do tipo F-16 produzidos pelos Estados Unidos e operados pela Dinamarca. A decisão chamou atenção porque estava em andamento uma negociação com a China, que venderia à Argentina caças JF-17s, com armamentos mais modernos, opção que agora está descartada. Além disso, no dia 18 de abril, a Argentina apresentou um pedido formal para aderir à OTAN como “parceiro global”, status que, na América Latina, só a Colômbia possui. Em contraponto, o governo Milei continua provocando atritos com os países vizinhos. Dessa vez, o desconforto foi causado por uma declaração da ministra da Segurança, Patricia Bullrich, que afirmou haver células terroristas iranianas na fronteira com o Chile e com a Bolívia. A informação foi divulgada poucos dias após o lançamento de mísseis e drones por parte do Irã sobre o território de Israel. Além disso, chama a atenção também o fato de, dias antes dessa declaração, o Judiciário argentino ter responsabilizado o Hezbollah e o Irã como autores do atentado terrorista à Associação Mutual Israelense Argentina (AMIA), sediada em Buenos Aires, em 1994, que resultou na morte de 85 pessoas. Há acusações de que tal decisão judicial carece de provas contundentes. Após a declaração de Bullrich, o presidente chileno, Gabriel Boric, exigiu respeito e ameaçou protocolar uma queixa formal contra a ministra. Bullrich, então, voltou atrás e se desculpou pelo ocorrido, em uma conversa telefônica com a ministra do Interior e da Segurança Pública do Chile, Carolina Tohá. Pelo lado da Bolívia, também houve rechaço à fala de Bullrich, tanto por parte do presidente Luis Arce quanto da chancelaria boliviana.

**Fontes:** [Sputnik](#), 5/04/2024; [The Guardian](#), 12/04/2024; [El País](#), 16/04/2024; [Infobae](#), 17/04/2024; [AP](#), 18/04/2024.

## Milei sofre pressão nas ruas, mas conquista vitória importante na Câmara

No dia 23 de abril, aproximadamente um milhão de argentinos foram às ruas para protestar contra o governo de Javier Milei e a sua política de corte no orçamento das universidades públicas. A manifestação foi organizada por associações de docentes e de estudantes, com apoio de partidos de esquerda e das principais centrais sindicais. Segundo o reitor da Universidade de Buenos Aires (UBA), Ricardo Gelpi, o orçamento teve uma redução de 60 a 70%, o que vem impedindo a instituição de honrar seus compromissos. Devido a isso, houve falta de energia elétrica, e professores e alunos tiveram que improvisar para que as aulas ocorressem em ambientes públicos. Milei e sua vice, Victoria Villarruel, rechaçaram os protestos, mas, após a grande repercussão do evento, foram às redes sociais para dizer que defendem a educação pública e que seriam liberadas as verbas para cobrir as despesas obrigatórias. Enquanto sofria uma derrota nas ruas, o governo se articulava para conquistar uma vitória importante na Câmara dos Deputados. No dia 30 de abril, a “Lei Ônibus”, cunhada dessa maneira por conter mais de 200 artigos, foi aprovada por 142 votos a favor contra 106 contra. Em fevereiro, as negociações em torno dessa legislação haviam fracassado. Caso o Senado siga a decisão da Câmara, o Executivo terá poderes extraordinários para tomar decisões, sem a necessidade do aval do Legislativo, em quatro áreas: administrativa, financeira, econômica e energética. Além disso, o Executivo poderá privatizar uma série de empresas estatais. Para conseguir o apoio dos deputados, o governo enxugou a proposta inicial, retirando de discussão alguns pontos polêmicos, como a restrição ao direito de greve de profissionais que realizam atividades consideradas essenciais, o fim do imposto sindical e a privatização do Banco Nación. A Câmara aprovou também um pacote de reformas fiscais, que prevê o aumento do imposto de renda para rendimentos altos e eleva a arrecadação dos governos das províncias, uma sinalização de que está sendo feito um maior esforço por parte do governo para negociar e angariar um apoio mais sólido entre os governadores.

**Fontes:** [La Nación](#), 10/04/2024; [CNN](#), 24/04/2024; [Infobae](#), 24/04/2024; [Página 12](#), 24/04/2024; [GI](#) 30/04/2024.

## Com intensa agenda internacional, Petro se reúne com Lula e Maduro

Em 09 de abril, ocorreu a sexta visita de Gustavo Petro à capital venezuelana para um encontro com o homólogo, Nicolás Maduro. Durante o evento, o presidente colombiano apresentou uma proposta de “paz política”, uma proposta democrática que garantirá o “bem-estar do povo venezuelano”. Apesar de não trazer detalhes do plano, Petro garantiu que a Colômbia poderá ser um grande aliado no diálogo. Para além de apresentação da proposta, a visita sinaliza também uma reaproximação entre os dois Estados, após Petro chamar de “golpe antidemocrático” a inabilitação da candidata María Corina Machado. Apesar disso, Maduro afirmou que os dois países são como “(...) gêmeos siameses, como disseram tantas vezes em nossa história, e que devem aprofundar os passos para a integração e além, para a união”. Em 10 de abril, o presidente colombiano se reuniu com a oposição venezuelana, mas não especificou quais membros da oposição compareceram. As eleições na Venezuela estão previstas para ocorrer em 28 de julho, e a falta de transparência no processo vem sendo criticada no cenário internacional, com declarações por exemplo, do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar disso, uma declaração conjunta entre Colômbia e Venezuela mencionou que os Acordos de Barbados e Caracas estão sendo cumpridos. O primeiro versa sobre a promoção dos direitos políticos e garantias eleitorais para a Venezuela, assinados a partir do processo de mediação conduzido pela Noruega. Já o segundo foi firmado em 2020 entre o governo venezuelano e setores da oposição moderada, entregando um cronograma para as eleições. Em 17 de abril, foi a vez do mandatário colombiano se reunir com o presidente brasileiro Lula, em Bogotá. Dentre as principais pautas discutidas, cabe destacar o estreitamento de cooperação e comércio bilateral, a cooperação amazônica e a situação regional, como a integração sul-americana e o processo eleitoral na Venezuela. Ainda sobre este último, Petro lembrou, durante uma declaração conjunta com o presidente brasileiro, da apresentação da proposta de pacificação interna na Venezuela pós-28 de julho, que garante que o candidato derrotado tenha segurança sobre a sua vida, direitos e garantias políticas. Por fim, cabe ressaltar a solicitação feita pelo presidente colombiano para que o Brasil apoie a entrada da Colômbia nos BRICS.



Segundo o governo da Colômbia, o pedido foi bem aceito por Lula, quem se comprometeu a promover a candidatura colombiana.

**Fontes:** [Folha De S. Paulo](#) 10/04/2024; [Efecto Cocuyo](#) 9/04/2024; [Semana](#), 9/04/2024; [Efecto Cpcuyo](#), 10/04/2024; [CNN](#), 16/04/2024; [Agência Brasil](#) 17/04/2024; [El Colombiano](#) 18/04/2024.

## **Crise diplomática entre Equador e México e invasão de embaixada geram suspensão de relações**

No dia 4 de abril, o governo equatoriano reagiu a declarações do presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, de que o assassinato do presidente Fernando Villavicencio teria favorecido a eleição de Daniel Noboa. Em represália, o governo equatoriano declarou a embaixadora mexicana no país, Raquel Serur, persona non grata e solicitou que ela se retirasse do Equador. O governo mexicano reagiu, aprovando, no dia 5 de abril, o pedido de asilo diplomático ao ex-presidente Jorge Glas, que estava abrigado na embaixada do país em Quito desde dezembro de 2023, alegando perseguição política por parte da Procuradoria Geral do Equador. A polícia equatoriana invadiu a embaixada do México, em Quito, a fim de prender Jorge Glas, sob o pretexto de que ele fugiria do país junto com Raquel Serur. O governo mexicano reagiu com a suspensão de relações diplomáticas com o Equador e denunciando a violação do princípio da inviolabilidade de missões diplomáticas junto a Corte Internacional de Justiça (CIJ). A operação policial, considerada ilegal pelas normas do direito internacional, foi defendida pelo presidente equatoriano Daniel Noboa, que fez postagens nas redes sociais da presidência apoiando a operação. O incidente repercutiu negativamente na região, com lideranças progressistas como Luiz Inácio Lula da Silva e Gabriel Boric, presidentes do Brasil e do Chile, repreendendo as ações do governo equatoriano. Outros governos optaram por ações mais assertivas, como o presidente colombiano, Gustavo Petro, que suspendeu o funcionamento do gabinete bilateral Colômbia-Ecuador; e o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, anunciou o fechamento de embaixadas e consulados do país no Equador e pediu a imediata entrega de Jorge Glas ao governo mexicano. A Secretaria Geral

da Organização dos Estados Americanos (OEA) defendeu o respeito à inviolabilidade de missões diplomáticas e aos princípios do direito internacional e pediu que Equador e México busquem reestabelecer o diálogo. Posteriormente o Conselho Permanente da OEA se reuniu e aprovou uma condenação formal a invasão, que contou com a abstenção de El Salvador e o voto contrário do Equador. Em 29 de abril, na véspera do julgamento da denúncia mexicana feita a CIJ, o governo equatoriano abriu uma representação contra o México na mesma corte, acusando o país de interferência em assuntos internos ao conceder asilo a Jorge Glas e a outros parlamentares correístas.

**Fontes:** [El Mercurio](#), 5/04/2024; [El Mercurio](#), 5/04/2024; [Expreso](#), 5/04/2024; [Primicias](#), 5/04/2024; [Expreso](#), 09/04/2024; [Carta Capital](#), 10/04/2024; [El Colombiano](#), 15/04/2024; [Efecto Cocuyo](#), 16/04/2024; [El País](#), 29/04/2024; [CIJ](#), 30/04/2024.

## **Consulta Popular aprova endurecimento do direito penal e militariza segurança pública no Equador**

Em 21 de abril, foi realizada, no Equador, uma consulta popular com onze perguntas sobre mudanças legislativas e constitucionais em normas de segurança pública, direito penal, estrutura do Poder Judiciário e reconhecimento da arbitragem internacional em disputas comerciais. Algumas das mudanças propostas pelo governo de Daniel Noboa, que endurecem normas penais e favorecem a militarização da segurança pública, ajustam questões anteriormente reprovadas em fevereiro de 2023, em consulta proposta pelo ex-presidente Guillermo Lasso. Nove das propostas foram aprovadas pelo eleitorado equatoriano, que apoiou as questões referentes ao enfrentamento do narcotráfico, endurecimento de regras penais e militarização da segurança pública. Foi aprovado o uso das Forças Armadas para a repressão ao crime organizado, que exercerá o controle ostensivo de armamentos, munições e explosivos de forma permanente em vias públicas. As mudanças no direito penal permitirão a extradição de cidadãos equatorianos para responder por crimes em outros países e aumentaram as penas de crimes de terrorismo, tráfico de armas, drogas e pessoas, lavagem de dinheiro, homicídio, sequestro e garimpo ilegal. Outro tópico apoiado pelos eleitores é a apropriação e uso, por parte do

Estado, de bens, recursos e armamentos apreendidos por origem ilícita ou injustificada. Por fim, a criação de uma corte judiciária ordinária especializada em assuntos constitucionais também recebeu respaldo do eleitorado. Os dois pontos rejeitados mudariam as regras de contratos de trabalho, para permitir a contratação com prazo fixo e por hora, e, reconheceriam cortes internacionais para a arbitragem de litígios comerciais, de investimentos e outras atividades de interesse econômico. Os principais partidos de esquerda no Equador fizeram campanha ativa contra os dois tópicos reprovados na consulta. O processo eleitoral coincidiu com o assassinato de dois prefeitos e de uma autoridade do sistema carcerário, novos episódios de violência política perpetrados pelo crime organizado, que ocorrem mesmo com o estado de exceção iniciado em janeiro e renovado, em 30 de abril, por mais sessenta dias, em cinco províncias do país.

**Fontes:** [El Universo](#), 7/03/2024; [Infobae](#), 21/04/2024; [Expreso](#), 21/04/2024; [Primicias](#), 24/04/2024; [El Comercio](#), 30/04/2024.

## **Congresso peruano aprova acordo com os EUA sobre interceptação de aviões envolvidos com narcotráfico**

ENo dia 18 de abril, o Congresso peruano aprovou, com 73 votos a favor, 30 contrários e 4 abstenções, um acordo com os Estados Unidos para interceptação de aviões envolvidos com narcotráfico. O acordo, originalmente assinado em 24 de agosto de 2023, tem como objetivo interromper o tráfego aéreo de aeronaves suspeitas ligadas ao tráfico de drogas. Segundo os governos, essa iniciativa seria capaz de conter a expansão da cultura ilegal de coca e de mitigar os impactos sociais, econômicos e ambientais que estão interligados com o tráfico. No ato da assinatura do acordo, a embaixada dos EUA no Peru explicou que a interceptação aérea consiste em um “rastreamento” feito por uma aeronave que ficaria próxima a outra suspeita, que tente entrar no território. Após debates acerca do acordo, o ex-ministro da Defesa, Jorge Chávez, afirmou que a assistência dos EUA não seria em ações para danificar, destruir, incapacitar ou ameaçar aeronaves civis em serviço, mas sim com a finalidade de

escortar a aeronave suspeita para fora do território ou mandá-la pousar. Com a aprovação do acordo pelo Congresso, o atual ministro das Relações Exteriores, González-Olaechea, saldou a decisão dos parlamentares, evidenciando o enfrentamento ao tráfico ilícito de drogas e a reaproximação das relações com os EUA. Outro fator positivo ressaltado pelo ministro é a possibilidade de melhora na capacidade operacional da Força Aérea Peruana, além do maior controle sobre o território nacional. Após a aprovação parlamentar, o acordo encontra-se em fase final de ratificação para efetivar a entrada em vigor.

**Fonte:** [La Republica](#), 18/04/2024; [Infobae](#), 18/04/2024; [Gob. PE](#), 21/04/2024.

## **Declaração de chanceler venezuelano escala tensões entre Chile e Venezuela**

No dia 8 de abril, o chanceler venezuelano Yván Gil negou a existência da organização criminosa transnacional Trem de Aragua, com origem em solo venezuelano, afirmando ser “uma ficção da mídia internacional”. As autoridades chilenas detectaram atividades do grupo criminoso no país andino em 2022 e, desde então, a intensificação da violência relacionada à sua presença no país preocupa o governo Boric. Membros da organização são os principais suspeitos do homicídio de Ronald Ojeda, ex-militar venezuelano opositor ao governo Maduro e refugiado político no Chile, que foi assassinado em fevereiro deste ano em Santiago. Com isso, as palavras do chanceler venezuelano foram fortemente desaprovadas por autoridades do governo chileno. A ministra do Interior chilena, Carolina Tohá, que enfrenta a maior crise de segurança pública do governo Boric, afirmou que as declarações de Gil foram um insulto “para o povo do Chile, mas não apenas para o povo do Chile: para o povo da América Latina”, que são vítimas do grupo. O presidente Gabriel Boric, por sua vez, convocou o embaixador chileno na Venezuela, Jaime Gazmuri, de volta a Santiago para consulta, em 11 de abril. Boric afirmou que a declaração mostra uma falta de compromisso com a cooperação internacional contra o crime organizado. A declaração do chanceler venezuelano é mais um episódio de uma crise que

deteriora as relações entre os dois países desde meados de 2023, marcada pela questão migratória e por críticas de Boric ao governo venezuelano por agressões a seus opositores políticos e violações de direitos humanos. Em uma sessão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, em 23 de abril, na qual o embaixador Gazmuri foi convocado para consulta, a crise migratória com a Venezuela voltou a ser pauta. O subsecretário do Interior, Manuel Monsalve, questionou a “fraca” colaboração do governo Maduro nas deportações de venezuelanos irregulares no Chile. Os deputados também colocaram em pauta a possibilidade de sanções econômicas a Caracas. Gazmuri afirmou que novas ondas migratórias poderiam ocorrer em caso de sanções, afirmando que “a estabilidade e progresso da Venezuela são de interesse nacional e continental”.

**Fontes:** [El País](#), 24/09/2023; [El País](#), 9/04/2024; [La Tercera](#), 10/04/2024; [La Tercera](#), 11/04/2024; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile](#), 16/04/2024; [La Tercera](#), 23/04/2024.

## Oposição na Venezuela define candidato para as eleições presidenciais

Em 19 de abril, foi anunciado o nome de Edmundo González Urrutia como candidato à presidência pela Plataforma Unitaria Democrática (PUD), grupo que reúne as principais forças da oposição na Venezuela. González foi registrado após um conturbado processo, em que o governo de Nicolás Maduro inabilitou a candidata Maria Corina Machado e impediu Corina Yoris, indicada por Corina Machado, de se registrar para as eleições presidenciais, que ocorrerão no dia 28 de julho. González foi diplomata e serviu como embaixador na Argélia e na Argentina, antes de se aposentar em 2004. Após negociações entre os partidos que compõem a PUD e Corina Machado, o nome de González foi definitivamente anunciado. As eleições contarão, no total, com 37 partidos e 13 candidatos. A representação de cada candidato na cédula eleitoral é proporcional ao número de partidos que os apoiam. Maduro, portanto, é o candidato que mais aparece: sua foto está em 13 das 37 opções. No mês de abril também ocorreu a reimposição de sanções, por parte dos EUA, ao setor de óleo e gás da Venezuela. Licenças haviam sido concedidas com a retomada do diálogo entre governo e oposição, mas foram reimpostas no dia 17 de abril, após a

inabilitação de Corina Machado e o veto ao registro de Corina Yoris. No entanto, ao contrário das sanções impostas durante o governo de Donald Trump, as atuais são mais flexíveis: a Chevron, principal empresa estadunidense que negocia petróleo na Venezuela, poderá continuar operando, por exemplo. Segundo o governo dos EUA, a partir do dia 31 de maio, as empresas que desejarem continuar operando na Venezuela deverão solicitar autorizações, que serão avaliadas individualmente.

**Fontes:** [Efecto Cocuyo](#), 17/04/2024; [Folha de S. Paulo](#), 19/04/2024; [O Globo](#), 19/04/2024; [Efecto Cocuyo](#), 20/04/2024; [Efecto Cocuyo](#), 21/04/2024; [Folha de S. Paulo](#), 23/04/2024.

## Guiana tem novas tensões com Venezuela sobre Essequibo em meio à expansão do setor petrolífero

No dia 3 de abril, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, promulgou a “Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo”. O texto possui 39 artigos e promove a fundação da província de “Guiana Essequiba”. Maduro acusou os Estados Unidos de terem implantado bases militares secretas na região, o que foi negado pela Casa Branca. No dia 8 de abril, o governo venezuelano entregou à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, documentos acerca da “verdade histórica sobre o território da Guiana Essequiba”. Contudo, a Venezuela continua não reconhecendo a jurisdição da CIJ sobre o litígio. A Guiana contestou as declarações venezuelanas e afirmou que a medida é uma contradição à Declaração de Argyle feita pelos dois países em dezembro de 2023. No dia 5 de abril, o presidente Irfaan Ali solicitou uma reunião para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) discutisse a questão. A mesma ocorreu no dia 9 de abril a portas fechadas, porém não houve nenhum comunicado oficial sobre a questão e não há previsão para tal. A Guiana, atualmente, faz parte do CSNU como membro não permanente, e sua representante, Carolyn Rodrigues-Birkett, fez a seguinte declaração: “Estou satisfeita, podemos dizer que a maioria do Conselho apoia a integridade territorial”. Já o embaixador venezuelano na ONU, Samuel Moncada, declarou: “o Conselho percebeu que existem duas versões. Isto é um debate que vai continuar nos próximos meses e estamos aqui cumprindo o nosso papel de desmentir a versão



da Guiana.”. Um dos motivos do litígio é a riqueza natural do território de Essequibo, principalmente as reservas de petróleo. Ainda em abril, a projeção de crescimento do PIB da Guiana feita pelo FMI ficou em torno de 33,9%, sendo o país com a maior projeção de crescimento para o ano de 2024. Contudo, a enorme renda derivada do setor de petróleo é motivo para discordâncias internas, já que há uma demanda acerca da necessidade de renegociação dos contratos firmados em 2016. A distribuição dos lucros se dá na ordem de 75% para a ExxonMobil e 25% para a Guiana. Enquanto a Guiana recebeu cerca de US\$ 4,2 bilhões desde o início da produção em 2019, a ExxonMobil e as outras empresas envolvidas ficaram com US\$ 21,6 bilhões. Apesar da pressão, o governo Irfaan Ali se recusa a negociar os contratos e aposta em outros ganhos, como, por exemplo, a partir do Local Content Act 2021, que estimula o setor petrolífero a realizar compras de empresas locais e de proprietários guianeses. Desde 2015, as empresas locais receberam cerca de US\$1,5 bilhões.

**Fontes:** [Parliament of the Co-operative Republic of Guyana](#), 31/12/2021; [FMI](#), 4/2024; [G1](#), 3/04/2024; [Agência Brasil](#), 4/04/2024; [Guyana Times](#), 7/04/2024; [Carta Capital](#), 8/04/2024; [Carta Capital](#), 10/04/2024; [Guyana Times](#), 13/04/2024; [Exame](#), 16/04/2024; [Kaieteur News](#), 17/04/2024.

## Presidente do Suriname encontra-se com Xi Jinping em Pequim

No dia 12 de abril, o presidente do Suriname, Chan Santokhi, reuniu-se com seu homólogo, o presidente Xi Jinping, em Pequim. Santokhi foi o primeiro presidente da América do Sul a visitar pessoalmente a China este ano. O presidente chinês considera que a visita presencial significa um aprofundamento da cooperação entre a China e a América do Sul. Este ano marca o 10º aniversário do Fórum China-CELAC, que deve ser comemorado no segundo semestre. Portanto, a visita do presidente do Suriname marca o início de uma agenda de possível aprofundamento das cooperações entre os países da América do Sul e a China em 2024. O Suriname é um dos países que mais recebeu migrantes chineses ao longo de sua história, de tal forma que os laços culturais entre os países possuem uma peculiaridade ímpar na América do Sul (o Ano Novo chinês é um feriado nacional no Suriname, por exemplo). Acordos de cooperação foram assinados e um comunicado em conjunto

foi publicado em seguida. O documento reforçou o histórico de cooperação entre os países, que possuem 48 anos de laços diplomáticos; expressou o posicionamento do Suriname contra qualquer forma de independência de Taiwan; saudou a participação do Suriname na iniciativa da Nova Rota da Seda, cuja formalização foi feita em 2019; e sinalizou o aprofundamento da cooperação em múltiplas áreas: comércio, infraestrutura, meio ambiente, intercâmbio de pessoal, cooperação Sul-Sul e reestruturação da dívida.

**Fontes:** [Youtube](#), 12/04/2024; [CIDCA](#), 12/04/2024; [Embassy of China in Suriname](#), 12/04/2024; [Global Times](#), 13/04/2024; [Suriname](#), 22/04/2024.

## Crise entre Equador e México mobiliza a CELAC

Em 6 de abril, a crise diplomática entre Equador e México foi pauta de discussões na Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) no mês de abril. Naquele dia, a presidenta de Honduras, Xiomara Castro, publicou na rede social X uma convocação em caráter de urgência da Troika da CELAC, além de ministros e chefes de Estado, para tratar do caso da invasão da embaixada mexicana em Quito. A convocação de Castro condenou o “uso indevido da força”, a “quebra do princípio da inviolabilidade das sedes diplomáticas” e o “sequestro de Jorge Glas”. Durante a reunião de Ministros, realizada no dia 9, o governo mexicano solicitou apoio na Corte Internacional de Justiça (CIJ) e nas Nações Unidas. Ao final do encontro, as autoridades presentes prestaram solidariedade ao país e condenaram o Equador. A decisão de Xiomara, no entanto, não foi plenamente apoiada dentro do bloco, pois além de reivindicar um posicionamento latino-americano frente a crise entre Equador e México, a convocação também propôs uma revisão da regra de consenso da CELAC, permitindo a inclusão de maioria simples e maioria qualificada. Argentina, Costa Rica, Peru, Paraguai e Uruguai emitiram uma nota questionando as convocações de Castro e comunicaram que não participariam da próxima reunião. No dia 16, apenas 10 dos 33 presidentes da CELAC participaram da Cúpula de Chefes de Estado, presencialmente ou por mensagens pré-gravadas, com os demais enviando outros representantes. Não houve, portanto, consenso para a aprovação de uma resolução ou uma declaração formal da comunidade sobre o caso, apenas o apoio

individual de cada país. A divisão interna cerca a presidência de Xiomara desde o último mês, quando parte dos países da CELAC reprovou a fala da presidenta sobre a reeleição de Putin. Enquanto isso, no dia 10, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou uma resolução que condenou “energicamente” o episódio. Todos os países representados na Organização votaram a favor, com exceção do Equador, que votou contra, El Salvador, que se absteve, e o México, que estava ausente.

**Fontes:** [La Prensa](#), 6/4/2024; [Milenio](#), 9/4/2024; [Telesur](#), 9/4/2024; [Carta Capital](#), 10/4/2024, [El Periodico](#), 11/4/2024; [El Observador](#), 16/4/2024; [Telesur](#), 16/4/2024

